



# REVISTA INTER-LEGERE: DISSERTAÇÕES E TESES VESTIBULAR: A ESCOLHA DOS ESCOLHIDOS (UM ESTUDO SOBRE A UFRN) – SINOPSE DE DISSERTAÇÃO<sup>103</sup>

---



**GEOVÂNIA DA SILVA TOSCANO**

Profa. do Depto. de Ciências Sociais e Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UERN

O vestibular, ao longo de sua existência no Brasil, que data especificamente de 1911, já passou por várias modificações, tornando-se objeto de grandes controvérsias em torno de sua dissolução ou substituição, por outros mecanismos de acesso ao ensino superior. A partir da década de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, que permitiu o acesso ao ensino superior para todos aqueles que concluíssem qualquer curso de nível médio, o vestibular tornou-se um problema complexo, uma vez que passou a ser percebido como um exame que privilegiava uma minoria que já acumulava ao longo de sua vida condições de aprovação.

Na década de 1960, os movimentos de estudantes, professores e de outros setores da sociedade intensificaram-se e, entre outras reivindicações, buscavam a ampliação do número de vagas para os jovens que estavam à margem do ensino superior. A Reforma Universitária, Lei 5.540 de 1968, no governo militar (1964-1985), abre as portas à iniciativa privada para que compartilhe do esforço de expansão de oportunidades educacionais no ensino superior, gerando diferentes processos desiguais de acesso a este sistema de ensino.

A expansão das matrículas ocorre principalmente nos primeiros anos após a Reforma Universitária, quando, por exemplo, em 1962 o número de alunos matriculados correspondia a 107.509, e dez anos depois, 1972<sup>104</sup>, alcançava o montante de 688.382. Em 1983, a matrícula no ensino superior alcançou o patamar de 1.438.992. (MEC, 1998). A partir daí, ocorre uma estabilização das matrículas e, após 1996, essas começam a crescer.

---

<sup>103</sup>Dissertação defendida pela autora, em 1999, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. José Willington Germano.

<sup>104</sup> Destacamos que o período de crescimento das matrículas no ensino superior coincide com o momento da história política e econômica no Brasil, caracterizado como o “milagre econômico” brasileiro (1967-1973).

Porém, contrariamente ao que estava estabelecido no artigo 2º da Lei da Reforma, que dizia “o ensino superior, indissociável da pesquisa será ministrado nas universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados” (GERMANO, 1993, p.145), foram os estabelecimentos isolados, em sua maioria privados,<sup>105</sup> de baixa “qualidade”, que mais cresceram neste período. Assim,

em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas (cf. Unicamp, 1987:173). Em 1988, de acordo com o IPEA, existiam 871 instituições de ensino superior, sendo que 82,77% correspondiam às escolas isoladas e apenas 9,52% diziam respeito às universidades. Além do mais, 73,24% das instituições citadas são de caráter privado. (GERMANO, 1993, p.151-2)

A política de expansão de matrículas que ocorre sobretudo em função do crescimento da rede de instituição privada

privilegiou o topo da pirâmide social, uma vez que, “menos de um terço dos alunos de graduação freqüentou cursos gratuitos. A grande massa, ou seja, 2/3 pagam mensalidades escolares”. Aqui aconteceu uma outra inversão: ao contrário da justiça social, proclamada nos documentos oficiais, a expansão da rede privada foi acompanhada pela elitização do ensino superior público. (GERMANO, 1993, p.152, grifo do autor).

Santos (1996), ao analisar a expansão do ensino superior indica que conforme o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico),

apesar de a expansão do ensino superior que teve lugar na maioria dos países nos anos sessenta e princípios dos anos setenta ter melhorado, ao que parece, as oportunidades dos grupos socialmente desprivilegiados, a verdade é que a posição relativa destes grupos não melhorou significativamente sobretudo depois de meados dos anos setenta. (OCDE *apud* Santos, 1996, p. 212).

Nos anos 1980 e 1990, contudo, as Universidades públicas se vêem envoltas do seguinte dilema: à revelia da ausência de recursos, buscam cumprir, na medida do possível, as suas funções de ensino, pesquisa e extensão (competência) e, de outro, a necessidade de ampliação de suas vagas, sobretudo após a aprovação da Lei nº 9.394/96 - LDB, com vista a possibilitar o acesso a uma maior camada da população (democratização). Paralelamente, está a questão da sobrevivência das instituições públicas

<sup>105</sup> De acordo com Germano (1993:144) a “tendência privatista vai se projetar na Legislação, como na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que prevê a substituição gradativa do “regime de gratuidade” não somente no ensino superior mas também no que diz respeito ao ensino médio, mediante a adoção do sistema de bolsas de estudo”.

(autonomia) que passam por um processo de avaliação de desempenho baseada em critérios quantitativos de suas funções, ao lado da própria redefinição de suas atividades.

Uma das principais questões que envolvem as Universidades públicas no Brasil, diz respeito ao fato de as mesmas serem o alvo de acusações como elitistas e que os seus custos são considerados elevados para as finanças do país. Isso é amplamente enfatizado pela imprensa no período posterior aos exames de acesso a essas instituições, que procura identificar quem obtém êxito nos referidos exames. Observemos:

ALUNO de escola particular tem vantagem. (Tribuna do Norte, 03 set. 1997, p. 10)

Pesquisa realizada pela Comissão Permanente do Vestibular (COMPERVE) conclui que dos 2.564 candidatos aprovados no vestibular/97, 1.326 eram alunos das escolas particulares de Natal e 924 vinham da rede pública”

PERFIL do aluno reacende debate sobre cobrança de mensalidade. (Folha de São Paulo, 12 fev. 1998, p. 1).

A universidade pública dever ser totalmente gratuita? Ou os alunos com condições de pagar devem arcar com os custos? A elitização dos alunos da USP levanta o debate em torno dessas questões.

HÁ PROFESSORES demais na federal brasileira e aluno de menos. (Veja, 15 jul. 1998, p.42).

Para cada grupo de 1000 alunos existem 111 professores no Brasil, nos Estados Unidos são 70 e na França 52. Os jovens de 18 a 24 anos matriculados representam 11% no Brasil, 39% na Argentina e no Chile são 39%.<sup>106</sup>

No momento em que desenvolvíamos este estudo, no final da década de 1990, os debates nos meios de comunicação sinalizavam que o ensino superior passava por um processo de redefinição de suas funções, que perdura até 2008, cujos critérios de desempenho institucional se associam àqueles de “produtividade” na empresa privada. Desse modo, um estudo sobre o vestibular justifica-se plenamente pelo fato de constituir um momento importante no processo de seleção social e, além disso, é inegável que “a universidade atua como a grande agência não só formadora como seletora dos quadros dirigentes da sociedade (RIBEIRO, 1975, p.17).

---

<sup>106</sup> Conforme indica a Revista Ensino Superior (set. 1998, p.10-11) o presidente da República, no discurso que fez perante 34 ministros da Educação do continente, avisou que “quer duplicar a relação aluno/professor, hoje de 8 para 1. Em vez de o sistema federal atender os atuais 420 mil alunos, deverá ter como meta atender 800 mil”.

Buscamos a compreensão da problemática que envolve o vestibular, considerando não somente os aspectos atinentes ao perfil social dos que nela se encontram, mas, sobretudo, os fatores a ela externos, que já revelam as desigualdades no momento da competição. Neste sentido, partimos do pressuposto indicado por Buarque (1994, p.118): “o que faz a universidade elitista não é a qualidade da roupa dos que nela entram, mas o conteúdo da cabeça dos que delas saem”.

Este estudo está centrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a mais velha instituição de ensino superior do nosso Estado. Em 1998, de seu quadro constavam 15.292 alunos matriculados e 1525 professores. A referida instituição, visando melhorar a qualidade acadêmica das atividades desenvolvidas, em 1993, implantou um novo vestibular a ser realizado em duas etapas, no qual incluiu provas discursivas objetivando estabelecer um “melhor” perfil dos alunos que nela pretendiam ingressar, levando em consideração os objetivos fins da própria Universidade. Nos anos seguintes, houve algumas alterações quanto ao número de cursos para opção por área no ato da inscrição do vestibular, número de questões em ambas modalidades de provas, critérios de classificação de uma fase a outra, aumento do número de vagas, diferentes pontos de corte (mínimo de acerto por prova). Passados 05 anos, o vestibular de 1998, que, para os organizadores desse exame, estava mais aperfeiçoado, levando em consideração os “ajustes nas provas discursivas e (...) qualidade de correção das provas” (Nota dez, 1997, p.11), passa a ser realizado em uma única fase; retiram o ponto de corte, porém, permanecem os mesmos objetivos pretendidos no vestibular de 1993.

Em face de tais modificações no vestibular, investigamos se ocorreu ou não alguma modificação no perfil socioeconômico dos alunos inscritos e aprovados em geral e nos cursos e áreas da UFRN, nos dois anos de referência: 1993 e 1998. Desvendamos quais os fatores externos à Universidade contribuem na definição da “escolha” e na aprovação desses alunos? Quais as diferentes possibilidades de ingresso nos cursos?

A partir dos dados estatísticos sobre o perfil socioeconômico-cultural dos candidatos ao vestibular da UFRN, organizado pela Comissão Permanente do Vestibular (COMPERVE) em 1993 e 1998, estabelecemos a relação existente entre a origem social dos candidatos com as diferentes possibilidades de acesso a um alto nível de escolarização, destacando as áreas e cursos de ingresso, segundo o nível socioeconômico, e, de certo modo, identificamos qual o

papel da Universidade na reprodução desigual de oportunidades educacionais para as diferentes camadas da população.

Na seleção dos cursos da UFRN analisados, levamos em consideração inicialmente os dados estatísticos indicados em dois relatórios sobre “Perfil do Vestibulando da UFRN”, referentes aos anos de 1992 e 1993, elaborados pela COMPERVE e pela Consultoria de Estatística (CONSULEST). Os cursos foram organizados em grupos estabelecidos em função do argumento final, calculado pela média aritmética dos Escores Padronizados, número de acertos do aluno em cada disciplina e na área do curso em que está concorrendo. Nessa divisão foi considerado o perfil dos alunos referentes aos cursos oferecidos no campus de Natal.

Os dados acerca do perfil do vestibulando desse campus, foram separados em grupos (ou níveis), de acordo com o desempenho dos candidatos.

Para definição dos níveis em que os cursos foram agrupados utilizou-se a técnica estatística conhecida como “análise de agrupamento” a qual reúne em grupos homogêneos objetos ou indivíduos, de acordo com variáveis pré-determinadas. Utilizaram como variáveis para esse agrupamento os argumentos máximo - obtido pelo primeiro candidato classificado em certo curso - e o mínimo obtido pelo último candidato classificado no mesmo curso. Essa técnica garante que os grupos formados sejam homogêneos em relação ao nível de conhecimento dos candidatos, nível esse determinado a partir das variáveis escolhidas (argumento máximo e mínimo). (CONSULEST, 1992, p.7-8).

A partir dessa técnica de agrupamento, os cursos foram assim reunidos:

- 01 - Curso de nível I - no qual os candidatos obtiveram classificações mais altas; (argumentos mais altos).
- 02 - Curso de nível II - no qual os candidatos obtiveram classificações intermediárias (argumentos intermediários).
- 03 - Curso de nível III - no qual os candidatos obtiveram classificações mais baixas. (argumentos mais baixos). (UFRN, 1992, p. 08).

Entre os três níveis estabelecidos, aos quais associamos o capital cultural adquirido pelo aluno ao longo do processo de socialização familiar e escolar, selecionamos no campus de Natal três cursos de cada um deles, para efeito de análise, admitindo-se que as características dos candidatos se apresentam de forma semelhante. Posteriormente, percebemos que nossos objetivos vão além dos critérios de classificação escolar baseados em estatísticas, uma vez que estas escondem, freqüentemente, os reais fatores de ordem social e política que estão por trás dos dados.

A escolha dos cursos partiu das considerações acima mencionadas - nível de curso – e, por último, a maior demanda (relação inscritos/vagas) no período de 1995-1998, uma vez que essa relação, em si, revela a escolha e o prestígio de algumas carreiras. Os cursos selecionados nas três grandes áreas do conhecimento, na UFRN, são os seguintes:

- Área Humanística - Direito (nível I), Psicologia (nível II), Pedagogia (nível III);
- Área Biomédica - Medicina (nível I), Fisioterapia (nível II), Educação Física (nível III);
- Área Tecnológica - Ciências da Computação (nível I); Arquitetura (nível II), Estatística (nível III).

Ao analisar os cursos nas suas respectivas áreas, percebemos como as desigualdades se fazem presentes antes mesmo do vestibular e continuam no interior da Universidade, haja vista que existem algumas áreas que são mais privilegiadas no mercado de trabalho e no mercado dos bens simbólicos. Nesse sentido, procuramos perceber o nível de capital cultural que é exigido por cursos estudados, de acordo com as suas diferentes áreas.

O critério de classificação escolar, portanto, que aparece no primeiro momento como critério de competência e de mérito a partir da análise aqui proposta, passa a ser definido em função de uma hierarquia social, que envolve a condição de o indivíduo pertencer a um determinado grupo, a *escolha* de cursos com perfil social semelhante, bem como a determinada área de cursos, ter freqüentado um mesmo tipo de escola, ser filho de pais com certo nível de escolarização. Assim, os alunos escolhem e são escolhidos em função desses fatores que antecedem ao próprio vestibular e a ele estão relacionados.

Para analisar o perfil social dos inscritos e aprovados, utilizamos como referência inicial, para o presente estudo, o questionário socioeconômico-cultural elaborado pela COMPERVE, composto por 25 questões, respondido pelos candidatos ao vestibular no ato da inscrição. Selecionamos sete questões com base nos objetivos propostos, ou seja, relacionadas mais diretamente ao perfil social dos inscritos e aprovados, ou devidamente cadastrados<sup>107</sup> na UFRN, conforme indicam os dados estatísticos da COMPERVE. Aqui, por opção, consideramos o termo aprovado no vestibular.

As questões selecionadas foram as seguintes: (1) Grau de instrução do pai; (2) Grau de

---

<sup>107</sup> Conforme o Boletim Estatístico da UFRN (1998), os alunos cadastrados são aqueles vinculados à UFRN e matriculados são aqueles efetivamente inscritos em disciplinas no período letivo.

instrução da mãe<sup>108</sup>; (3) Ocupação do pai<sup>109</sup>; (4) Renda líquida familiar; (5) Participação na renda familiar; (6) Tipo de escola que estudou o 1º grau; (7) Tipo de escola onde estudou o 2º grau.

Para cada uma das questões escolhidas, existe uma justificativa que legitima a escolha feita. A seleção da variável acerca do grau de instrução do pai e da mãe foi motivada pela própria fundamentação teórica de Bourdieu, ao destacar que um dos principais indicativos para observar a escolha de escolas e de cursos é o grau de instrução dos antepassados do indivíduo, que pode ser um pai, um avô, um irmão mais velho, que tende a influenciar na “escolha” e na participação no “jogo” – vestibular.

Assim, supomos que os cursos tidos como “nobres”, tanto entre os inscritos e os aprovados, têm uma maior participação de alunos cujos pais têm nível de escolarização mais elevado. O nível de escolarização dos pais tem bastante influência na escolha da carreira a ser seguida pelos jovens. Daí a maior procura pelos cursos de Medicina, Direito, Ciências da Computação e outros de maior *status* entre jovens cujos pais têm elevado nível de escolaridade e, portanto, maiores possibilidades de acúmulo de capital cultural. Acrescentamos que o grande número de inscritos, nesses cursos, tem aumentado ainda mais a competição entre os candidatos ao vestibular.

A profissão do pai, de igual forma, concorre fortemente nas escolhas dos cursos por parte dos filhos e descendentes. Assim, as famílias dotadas de capital cultural mais elevado e pertencentes a determinadas categorias profissionais tendem a investir na educação de seus filhos em seu mais alto nível, procurando as carreiras de maior valor no mercado de trabalho e mundo de bens simbólicos, buscando manter, assim, o reconhecimento dentro do espaço social a que pertencem.

A renda mensal familiar é uma outra questão importante, porém, mais significativa quando analisadas em relação às outras variáveis. Ela pode nos indicar que, naqueles cursos tidos como mais nobres, há uma tendência de representação tanto dos inscritos como dos aprovados com rendas mais elevadas do que nos demais cursos.

A variável participação do candidato na renda familiar nos permite levantar a hipótese de que tanto entre os inscritos e como entre os aprovados, o maior percentual recai naqueles que não trabalham. Supomos que os que trabalham “escolhem” e são “escolhidos” por aqueles cursos que funcionam em um turno ou os que têm menor valor no mercado dos bens

---

<sup>108</sup> Nas variáveis de escolaridade do pai e da mãe aparecerá o nível de instrução pós-graduação somente no ano de 1998, pois em 1993 esse não se encontra entre as alternativas do questionário aplicado aos vestibulandos. Decidimos não juntar os percentuais na representação dos gráficos, haja vista que gostaríamos de ver refletido a importância desse nível de ensino com relação à posição dos estudantes nos diferentes cursos e áreas.

<sup>109</sup> Na variável ocupação do pai em 1993, existia uma relação muito ampla no questionário aplicado aos alunos. Como a relação apresentada no vestibular de 1998 era menor, decidimos então fazer uma equivalência entre as ocupações, uma vez que consideramos que as principais ocupações, pelo menos para os objetivos, aqui propostos, iriam estar presentes nessa nossa comparação.

simbólicos. Nos cursos de maior valor no mercado de trabalho predominam os que não trabalham.

Ao selecionar a variável tipo de escola que estudou o 1º e 2º graus, pública ou privada, tínhamos como hipótese que esse dado iria nos fornecer a relação entre o tipo de escola e o curso escolhido no vestibular. Supúnhamos que a maior parte dos “escolhidos” cursou esses graus de ensino na escola privada. Os oriundos da escola pública - estadual, municipal, federal – por sua vez, tanto os inscritos como os aprovados, estão representados principalmente naqueles cursos de menor valor no mercado de trabalho e no mercado dos bens simbólicos, em que a concorrência é menor no vestibular.

Tendo em vista compreender esse fenômeno social que extrapola o mundo escolar, realizamos ainda entrevistas com os inscritos no vestibular de 1998, poucos dias antes do resultado da mencionada seleção seis dias, e, posteriormente, com os aprovados na UFRN nos cursos selecionados nesta investigação.

Para as entrevistas com os inscritos nos nove cursos foi solicitada à CONSULEST uma amostra. O Núcleo de Processamentos de Dados (NPD), por sua vez, nos forneceu os endereços com os respectivos telefones dos vestibulandos. Da amostra piloto calculada, 57 candidatos - conseguimos realizar 24 entrevistas, partindo de números aleatórios. Porém, esse foi um resultado satisfatório dado o curto espaço de tempo que tivemos para manter os contatos e nos deslocarmos até as residências localizadas nas quatro zonas da cidade de Natal: Norte, Sul, Leste e Oeste. A maior dificuldade também foi porque se tratava de um período de férias e muitos dos vestibulandos estavam na praia, como era o caso dos alunos dos cursos de Medicina e Direito (NÍVEL I), maior número na amostra. Por outro lado, os contatos com os inscritos nos cursos de Pedagogia, Educação Física, Estatística (NÍVEL III) também foram difíceis, haja vista que muitos estavam trabalhando. No entanto, as 28 entrevistas com os aprovados foram mais rápidas pois foram realizadas principalmente na Universidade, nas duas primeiras semanas de aula.

As entrevistas tiveram como principais objetivos fazer algumas indagações que não estavam contempladas no questionário socioeconômico-cultural aplicado pela COMPERVE<sup>110</sup>, que poderiam contribuir para as análises das variáveis selecionadas e, conseqüentemente, com os propósitos da pesquisa. Nas perguntas efetuadas, buscamos compreender as expectativas dos alunos diante da escolha de um curso universitário, o papel da família nesse processo, as estratégias culturais desses alunos: colégio, cursinho, estudo individual ou coletivo, sacrifício do lazer, tipos de leitura e de lazer, bem como o que motivou a escolha de

---

<sup>110</sup> Convém destacar que algumas das questões da nossa entrevista constavam no questionário aplicado com os alunos no vestibular de 1992, quando as provas eram objetivas e com a redação.



determinado curso.

A análise dos cursos realizou-se de acordo com cada uma das variáveis apontadas, comparando-se os dois anos 1993 e 1998 e observando-se as diferentes posições ocupadas pelos candidatos ou grupo de candidatos e aqueles aprovados numa mesma área ou curso em função da sua origem social.

Ao lado dos dados estatísticos referentes ao questionário aplicado pela COMPERVE, a elaboração de gráficos e tabelas, a realização de entrevistas, articuladas a uma extensa bibliografia que inclui jornais e revistas, pudemos compreender que os agentes, ou seja, os vestibulandos, quando decidem participar do “jogo”, criam estratégias culturais para que possam pleitear a sua participação, obter êxito, e, portanto, o seu reconhecimento no campo escolhido e conseqüentemente, no espaço social onde estão inseridos.

Desse modo, compreendemos o perfil socioeconômico dos inscritos e aprovados dentro de um espaço de “configurações possíveis”, onde mobilizam-se métodos quantitativos, estatísticos, etnográficos para a análise do espaço social, onde os inscritos e aprovados no vestibular da UFRN nos anos de 1993 e 1998 estão inseridos.

Em vista à compreensão desse processo que antecede ao próprio exame e ao mesmo tempo a ele está relacionado, fizemos uso da análise teórica elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, no que se refere à contribuição que o sistema de ensino oferece com vistas à reprodução da estrutura social e na distribuição do capital cultural entre os indivíduos. Conforme Bourdieu (1974, p.396), “uma das formas mais importantes de transmissão de poder e privilégios, independentes das formas hereditárias de transmissão, é a que se vincula ao sistema de ensino que contribui para a reprodução da estrutura de classe através de uma forma neutra”.

Bourdieu propõe buscar uma mediação dialética entre o ator social e a sociedade ou espaço social, como ele a denomina. Os elementos conceituais fornecidos por esse autor, tais como *habitus* (que faz a mediação entre o ator social e a realidade), prática, a noção de campo, de capital simbólico, capital econômico, capital cultural e de estratégias, referem-se aos recursos utilizados pelos indivíduos ou por uma coletividade, para permanecer num campo específico. Estes conceitos estarão presentes na compreensão do objeto de estudo aqui delineado.

Bourdieu, ao procurar compreender o papel do indivíduo na construção do espaço social, retém a idéia de *habitus*<sup>111</sup> enquanto mediação entre o ator social e sociedade. Em seus estudos iniciais, nas décadas de 1960 e 1970, período em que ocorreu uma explosão das

---

<sup>111</sup> Ao propor a idéia de *habitus*, Bourdieu “recupera a velha escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado. Com efeito, a escolástica concebia o hábito como um “*modus operandi*”, ou seja, como uma disposição estável para se operar numa determinada direção...” (ORTIZ, 1994, p.14)

taxas de escolarização em todo mundo, o mencionado autor destacou a forte influência das condições sociais objetivas, ou seja, do espaço social, na definição do *habitus* enquanto *modus operandi* dos indivíduos. Neste sentido, o *habitus* se apresenta “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. (BOURDIEU, 1974, p.191)

O *habitus*, enquanto produto da história, portanto, orienta as práticas individuais e coletivas dos agentes. Conforme Bourdieu, (1996, p.161), “os agentes que, apesar de serem produtos da estrutura, criam e recriam a estrutura constantemente e podem, até sob certas condições estruturais, transformá-la mais ou menos radicalmente.” Uma vez que o *habitus* orienta as *práticas* dos agentes em contato com outros agentes no processo de socialização dos indivíduos a partir de mecanismos de percepção, apreciação e ação, esses esquemas passam a estar relacionados a uma dada situação, ou o que Bourdieu passa a definir como *campo*.

Assim, Bourdieu compreende o *espaço social* global

como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação de sua estrutura”. (BOURDIEU, 1996, p. 50)

Cada *campo* se apresenta no espaço social com uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação aos outros espaços sociais, ou seja, em relação aos outros campos sociais. Mesmo mantendo relações entre si, os diferentes campos possuem seus objetivos específicos, garantindo uma lógica particular de funcionamento bem como a sua estruturação no espaço social.

Diante desse entendimento de espaço social, Bourdieu busca esclarecer os mecanismos e a lógica de funcionamento dos diferentes espaços sociais. Para uma maior compreensão desses espaços sociais, ele passa a dividi-los em diferentes campos – campo científico, campo religioso, campo político, campo das artes, campo da literatura –, cuja construção de cada um se dá individual e coletivamente com base na cooperação e nos conflitos dos agentes neles envolvidos.

Assim, os agentes, ao se localizarem em determinado campo, procuram ajustar à sua lógica específica. Bourdieu sugere a comparação do funcionamento de um campo à uma organização de um determinado “jogo”, cuja condição de participação é o conhecimento dos

princípios que regem aquele jogo.

Em cada um desses campos vê-se a demonstração de relações de poder, o que permite nesta perspectiva dizer que cada campo se organiza pela distribuição desigual de um *quantun* social. Ao participar em cada um desses campos, os indivíduos ocupam posições diferenciadas, definidas mediante a fração de capital específico (*quantun* social) que eles detêm – capital econômico, capital social e capital cultural.

Martins (1990, p. 67) indica as seguintes definições para os diferentes tipos de capital:

capital econômico está relacionado à apropriação de bens materiais; o *capital social*, baseado em relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoios para atuação dos agentes sociais; o capital cultural, que tem na posse dos títulos escolares uma de suas manifestações institucionais.

Mas lembra, este autor, que os diferentes tipos de capital estão sempre mantendo relações entre si.

No campo científico, pelas suas especificidades de objetivos, organização e estruturação, a forma mais privilegiada é o capital cultural nas suas mais diversas dimensões. Contudo, lembra Bourdieu (1996, p. 88) que

o campo científico é tanto um universo social como os outros, onde se trata como alhures, de poder, de capital, de relações de força, de lutas para conservar ou transformar essas relações de força, de estratégias de manutenção ou subversão, de interesses etc., quanto é um mundo à parte, dotado de suas leis próprias de funcionamento, que fazem com que não seja nenhum dos traços designados pelos conceitos utilizados para descrevê-lo o que lhe dá uma forma específica, irreduzível a qualquer outra.

A Universidade, enquanto espaço de manifestação de poder, de conflito, de lutas, se apresenta enquanto campo cultural de mais alto nível e como uma necessidade social a ser buscada pelos indivíduos da classe média e alta da população.

Neste sentido, pressupomos que a compreensão do vestibular e de suas mudanças decorrem de um componente especial da política universitária de atender de certa forma a uma demanda social, que se traduz na preocupação e na tentativa da Universidade em dividir um bem educacional de elevado valor no mercado de bens simbólicos. As mudanças desse exame estão, sem dúvida, relacionadas a fatores de ordem econômica, política e social da sociedade e inseridas no âmbito das políticas educacionais.

O conceito de política educacional, por sua vez, presente neste estudo, refere-se à ação do Estado frente às instituições de ensino. Essa política configura o comportamento da sociedade política com relação às diferentes classes sociais no tocante à área educacional.

A dissertação **“Vestibular: a escolha dos escolhidos (Um estudo sobre a UFRN)”** apresenta no primeiro capítulo a trajetória histórica das mudanças do acesso ao ensino superior no Brasil a partir de 1911, quando foi criado o vestibular. Observamos que as funções do sistema educacional não podem ser analisadas corretamente se forem levadas em consideração somente as intenções e finalidades declaradas por profissionais e agentes do sistema educacional. Consideramos que os referidos agentes sociais, ao elaborarem as funções e objetivos educacionais, não estão imunes aos limites estruturais do sistema de produção na implementação das políticas públicas, tornando-se então tema da política educacional seus próprios limites e não apenas seus fins e funções estabelecidos no discurso oficial. Corroboramos a proposição de Bourdieu (1996, p. 88) ao dizer que

a atividade científica engendra-se na relação entre as disposições reguladas de um *habitus* científico que é, em parte, produto da incorporação da necessidade imanente do campo científico e das limitações estruturais exercidas por esse campo em um momento dado do tempo.

Desse modo, as mudanças que se processam no vestibular só podem ser compreendidas num contexto histórico mais amplo que diz respeito aos limites colocados à Universidade pela sociedade em que ela está inserida. Assim, pensamos o vestibular da UFRN para além de sua dinâmica interna de mudanças e ajustes ocorridos ao longo de sua existência, sobretudo na década de 1990.

No segundo capítulo, apresentaremos as específicas mudanças no vestibular da UFRN associadas aos interesses internos e externos a esse campo social, indicando as falas dos seus organizadores, vestibulandos e todos os envolvidos nesse exame. As mudanças efetuadas nos vestibulares resultaram em um novo perfil socioeconômico dos inscritos e “escolhidos” na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No entanto, convém distinguir o momento de implementação de um novo vestibular com a inclusão das questões discursivas, daquele outro momento, 1998, quando, conforme os seus organizadores, o exame está mais “aperfeiçoado”. Entre esses dois momentos há alguns fatores que envolvem diferentes interesses conforme o contexto que envolve o campo científico. Por esta razão, a análise do perfil socioeconômico considerou os dois contextos, tendo em vista que permitem identificar as estratégias de manutenção dessa instituição, bem como as diferentes estratégias de participação e apropriação desse bem simbólico.

O campo universitário possui seus objetivos específicos, sua organização e estrutura própria relativamente autônoma em relação aos outros campos sociais, porém, sua forma mais privilegiada de legitimação é o capital cultural. Assim, inserido no universo social, como outro

qualquer, o referido campo constitui-se de poder, de capital, de relações de força, de luta para conservar ou transformar essas relações de força em estratégias de manutenção ou subversão de interesses. (BOURDIEU, 1996). Num dado momento histórico faz-se então urgente redefinir regras, superar alguns limites, criar estratégias necessárias à sua manutenção no espaço social. As ações daí efetivadas implicam na adoção de novas estratégias culturais, principalmente por parte daqueles que se situam na posição privilegiada quanto à posse e ao *quantun* de capital social necessário à participação no “jogo”.

Compreendemos esse exame, portanto, como um instrumento da política educacional que visa selecionar, dentre aqueles que têm as condições prévias de competição, como a posse do capital cultural, os que conseguem ultrapassar as barreiras impostas pelo sistema escolar de 1º e 2º graus no Brasil e que podem vislumbrar a possibilidade de ter o acesso a um lugar na Universidade.

A obtenção desse diploma, bem como das outras condições previamente definidas, estão associadas à estrutura do campo social em que o indivíduo está inserido, mediante o qual ele adquire uma espécie de *quantun* social ou capital social, capital simbólico que indicam a sua posição nessa estrutura.

Esse capital social é distribuído de forma desigual na sociedade e, conseqüentemente, nos diferentes campos sociais. Desse modo, no momento da competição entre os inscritos e aprovados em busca desse campo científico – Universidade/vestibular –, os agentes envolvidos nesse “jogo” se apresentam numa relação de apropriação diferenciada de capital.

Essa relação desigual depende do grau de obtenção de duas espécies de capital, que são especificamente o econômico e o cultural. O capital econômico constituído de bens materiais e econômicos, rendas, assim como de interesses econômicos num determinado momento – e o capital cultural – conhecimentos que dizem respeito ao campo da cultura e que a escola e a família são seus principais reprodutores – estão em pólos opostos no campo científico.

Para o campo, em questão, compreendemos que é a propensão de investimento no mercado escolar, em seu mais alto nível, e no capital cultural e suas diferentes estratégias, que define ou não a participação dos competidores do vestibular nas suas diferentes áreas e cursos.

Nesse sentido, o **capital cultural** dos indivíduos, adquirido ao longo do processo de socialização familiar, concorre fortemente tanto para o acesso, quanto para as *escolhas* dos cursos. O **capital cultural** diz respeito então a um conjunto de conhecimentos prévios – literatura, teatro, música, conhecimentos políticos nacionais e internacionais, história, geografia, leitura de jornais, revistas, conhecimentos gerais – possuídos pelos alunos e que tornam

eficazes uma ação pedagógica.

Na luta pela ocupação desse **campo científico**, os indivíduos competem entre si partindo da posição social em que eles se encontram, cujas estratégias, tomadas de posição, e escolhas estão previamente determinadas a partir da sua posição ocupada na estrutura de poder ou do espaço social em questão.

Assim, no terceiro capítulo, definimos as estratégias utilizadas pelos agentes em vista à participação no campo científico e o perfil socioeconômico dos vestibulandos em seus diferentes cursos e áreas na luta pela obtenção de êxito no vestibular. Em face das mudanças dos vestibulares da UFRN, identificamos o perfil socioeconômico dos inscritos nas diferentes áreas e cursos em 1993 e 1998, os fatores externos à Universidade que interferem na escolha dos cursos.

No primeiro ano de implementação do novo modelo de vestibular dessa instituição, 1993, o aspecto da qualidade do perfil do aluno que nela pretendeu ingressar foi enfatizado na proposta, em vista aos objetivos-fins da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Naquele contexto, 1993, os setores diretamente interessados nesse jogo – estudantes, escolas, professores e pais – alertaram para a não adaptação às condições prévias de participação dos candidatos na competição. O impacto da mudança resultou num grande índice de sobra de vagas: das 2326 oferecidas em 67 cursos, foram aprovados 1088, porém, matriculados 2.160, em virtude de as vagas terem sido preenchidas através de outros mecanismos de acesso à UFRN.

Decorridos três anos da implementação do novo modelo de vestibular da UFRN, a partir de 1996, com a criação de novos cursos, a necessidade de ampliação do número de vagas e do preenchimento de um maior número possível dos lugares oferecidos por essa instituição, a tônica da qualidade (competência) do perfil social passa a associar-se à quantidade do número de matriculados (democratização). Desse modo, os critérios de “eficácia”, “eficiência” e “produtividade” passam a estar presentes no contexto de mudanças do vestibular, haja vista que, quanto maior o número de vagas, maiores as possibilidades de crescimento do orçamento da Universidade mediante o financiamento do governo federal. Assim, em 1998, das 2.912 vagas oferecidas, foram preenchidas 2.888, resultando num aproveitamento de 99%.

No entanto, o aumento do número de vagas, que ocorreu sobretudo nas licenciaturas de menor custo para a Universidade, não reduziu as críticas ao vestibular, principalmente por parte daqueles que buscam um lugar nas áreas e cursos tidos como os de maior valor no mercado dos bens simbólicos e no mercado de trabalho, uma vez que a “escolha” desses cursos é muito superior ao número de vagas oferecidas.

No último capítulo, a partir da distribuição dos aprovados, conforme as variáveis

estudadas, percebemos como as condições de existência dos vestibulandos contribuem no momento de acesso em seus diferentes cursos e áreas do conhecimento.

Assim, comparando em alguns momentos o perfil socioeconômico dos inscritos e “escolhidos” no vestibular da UFRN de 1993 e 1998, constatamos que o **capital cultural** retorna para aqueles que o detêm no espaço social onde estão inseridos. Além do problema da ausência de vagas suficientes nas Universidades, principalmente nos cursos tidos como os mais “nobres”, para uma demanda sempre crescente em alguns setores da população, nesse “jogo” que envolve o **campo acadêmico**, se destacam os estudantes que detêm um maior *quantun* de capital cultural e capital econômico e que, juntamente com seus familiares, ao longo da trajetória de vida, se dispõem a investir no mercado escolar em seu mais alto nível. No **espaço social** onde estão inseridos, os vestibulandos acabam por constituírem as diferentes estratégias de apropriação desse bem cultural que pressupõem, por sua vez, formas de percepção, de pensamento e de ação desigualmente distribuídos na sociedade.

Desse modo, comparando os dados dos inscritos no vestibular da UFRN em 1993 e 1998, constatamos que, neste último ano, aumentou a competição por um lugar nessa instituição. Na luta pela ocupação de um lugar na Universidade, têm maiores chances de ser um dos “escolhidos” os filhos de pais com o nível superior completo ou com o 2º grau completo, cujas ocupações são profissionais liberais/proprietários de médias empresas, supervisores ocupacionais não manuais/proprietários empresas pequenas, com uma renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos ou mais de 10 até 20 salários mínimos; não trabalham e estudaram principalmente na escola particular<sup>112</sup>.

No vestibular de 1998, algumas dessas variáveis se apresentam com percentuais mais baixos, como, por exemplo, a escolarização do pai e da mãe, aqueles que estudam na escola particular e não trabalham, outros mais elevados, como é o caso da renda familiar, o que caracteriza um novo perfil social dos “escolhidos” na UFRN, em função das mudanças dos critérios de seleção no exame e de aumento do número de vagas, principalmente nos cursos noturnos.

No entanto, esse perfil social se modifica em função do *quantun* de **capital econômico e de capital cultural** exigido para a participação e aprovação nos cursos e áreas com seus específicos valores no mercado de trabalho e no mercado de bens simbólicos. Assim, os candidatos, ao escolherem aqueles “cursos nobres” e de maior exigência de **capital cultural** para a aprovação, partem das condições de competição diante da posição social em que se encontram. Dentro do **espaço dos possíveis**, os vestibulandos se apropriam de diferentes

---

<sup>112</sup> - Consideramos que essa escala pode ser revista nos formulários da COMPERVE, haja vista que ela esconde a real distribuição e ocupação dos inscritos e aprovados nos cursos conforme a renda familiar.

estratégias, tendo em vista manter-se na **posição social** em que estão inseridos, ou seja, objetivando assegurar o seu lugar de “**escolhido**”.

Ao observar, por exemplo, o perfil social dos *inscritos* e “*escolhidos*” no curso de Medicina (nível I), verificamos que eles são filhos de pais com o mais elevado grau de instrução – que ocupam a posição de profissionais liberais ou proprietários de médias empresas, recebem uma renda superior a 10 salários –, não trabalham e estudaram o 1º e 2º graus na escola particular

Por outro lado, no curso de Pedagogia (nível III), de menor valor no mercado de trabalho e no mercado de bens simbólicos e que exigem um menor *quantun* de capital cultural para aprovação, se posicionam os pais dos *inscritos* e “*escolhidos*” com níveis de escolarização mais baixos, que se caracterizam por ocupar atividades de supervisores ocupacionais não manuais/proprietários de empresas pequenas; com renda familiar inferior a 10 salários mínimos; “os *escolhidos*” não trabalham e cursaram o 1º e 2º graus na escola pública.

Diante das mudanças no vestibular de 1998, observamos que os percentuais nas variáveis de escolaridade dos pais, ocupação do pai, renda familiar se elevam, o que caracteriza maiores chances de aprovação para aqueles que se encontram numa posição privilegiada no **espaço social**. A eles são destinadas as maiores possibilidades de investimentos em “caras” estratégias culturais – escola particular, não trabalhar, fazer cursinhos, o uso da Internet, leitura de revistas, cursos de Inglês, participação em vestibulares simulados, aulas de disciplinas específicas por área –, em vista a ser um dos “*escolhidos*”, como pode ser comprovado na elevação do percentual naquelas variáveis mencionadas, fundamentalmente no curso de Medicina (nível I), de maior valor no mercado de trabalho e no mercado de bens simbólicos.

Desse modo, além do dilema do acesso não resolvido por mudanças no vestibular ou nas formas de selecionar, há um campo vasto de desigualdades sociais que antecede a esse momento da luta por um lugar no **campo universitário**, para atuação dos diversos profissionais egressos das Universidades, bem como os profissionais que nelas se encontram.

Com efeito, o considerável desempenho da UFRN, que, à revelia da ausência de recursos, vem ampliando o número de vagas em seus vários cursos, não registra por outro lado a diminuição das críticas ao vestibular que continua a ser acusado de reproduzir um elevado grau de “seletividade” e “elitização” e de ser fonte de “terror” para muitos jovens em busca de uma profissão.

Como diz Buarque (1994, p.117),

a injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só



entram os filhos dos ricos – isso é injustiça social. A injustiça da universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalham apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social

O vestibular, enquanto mecanismo de seleção para a Universidade, constitui um **campo de forças, de lutas** tendo em vista a manutenção da posição do agente na hierarquia social. Enquanto tal, vencem ou se mantêm na condição de “escolhidos” aqueles que manuseiam as práticas, o *habitus* e estabelecem as **estratégias culturais** condizentes com os objetivos do campo cultural – a Universidade.

Neste sentido, alertamos para o contexto em que as Universidades são avaliadas, em função do número de alunos que ingressam, da relação professor/aluno, da quantidade de alunos que saem, da importância daquele curso para o mercado de trabalho, entre outros indicadores de produtividade, sem ao menos considerar o meio social em que elas estão inseridas, bem como o perfil social dos alunos que buscam um lugar nesse *campo*. Tais fatores constituem-se em ameaças à qualidade e à sobrevivência, principalmente, das Universidades públicas e suas atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão – já ameaçadas – e, desse modo, tornam mais seletivas, na medida em que não divulgam o saber nelas construído.